



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

## AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM RELAÇÃO ÀS REFORMAS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO

Matheus Henrique de Assis Reis  
Universidade Federal de Goiás  
[matheushenrique.ufg@gmail.com](mailto:matheushenrique.ufg@gmail.com)

**Resumo:** O presente artigo procura trazer alguns elementos que estão sendo investigados no plano de trabalho “Pesquisa com professores do Ensino Médio em Goiás: as reformas curriculares e sua influência na prática docente na rede estadual de ensino”, do Programa de Iniciação a Pesquisa das Licenciaturas (PROLICEN-UFG). Aborda-se, assim, a percepção do professor de Geografia do Ensino Médio em Goiás sobre as mudanças nas políticas públicas curriculares e as influências na prática docente. Para o desenvolvimento dessa investigação destaca-se como procedimentos o levantamento bibliográfico e documental sobre a temática e a realização de entrevistas e observação com professores da rede estadual de Goiás que trabalham com a disciplina de Geografia no Ensino Médio. Em busca de uma análise e compreensão do posicionamento dos professores em relação ao modo como eles veem as reformas curriculares em Goiás, foi estabelecido um questionário com oito perguntas, as quais foram respondidas após um período de observação nas escolas-campo da pesquisa. O foco desse questionário foi a percepção do professor de Geografia sobre as possíveis mudanças em sua prática a partir das discussões de uma mudança curricular. O panorama da atual situação dos professores de Geografia que atuam no ensino de Geografia na rede estadual em Goiás revelam importantes questões para pensar a formação inicial e continuada dos professores, a ampliação dos conhecimentos sobre políticas educacionais, sobre o Ensino Médio.

**Palavras-chave:** Professor de Geografia; Reformas Curriculares; Ensino Médio; Goiás.

### Introdução

O Ensino Médio se caracteriza como os três últimos anos de formação escolar, a fase final da Educação Básica. Um período marcado por transformações significativas, estágio em

que os jovens se veem com a necessidade de terem que tomar decisões, as quais irão, na maioria das vezes, gerar impactos em longo prazo nas suas vidas.

De acordo com Krawczyk (2011), cursar o Ensino Médio para alguns grupos sociais é algo natural, que faz parte do seu universo, da sua cultura, do *locus* de inserção familiar. Refere-se a um momento em que é possível vislumbrar recompensas, ganhos por estar cursando ou em cursar essa fase da educação, assim como uma etapa em que se pode atingir objetivos, sejam pessoais ou não, como o ingresso na universidade.

Contudo, segundo Krawczyk (2011), existem realidades sociais que não possibilitam um acesso ou realização do Ensino Médio, ou mesmo não possuem essa tradição em sua dimensão cultural, familiar e social. Um dos motivos que se destaca, sobretudo em relação a evasão escolar, é a baixa renda familiar que muitos jovens tem de conviver cotidianamente, o que os leva a terem de trabalhar, desde criança, para contribuir com as despesas de casa, o que acaba tornando os estudos enfadonhos, sem muitas perspectivas.

É nesse contexto de singularidades em relação ao Ensino Médio, de ser uma fase que ainda não possui certa consistência, e que ainda passa por diferentes transformações, é que se desponta a chamada “Reforma do Ensino Médio”, classificada como uma mudança necessária e que irá sortir benefícios a esse estágio da Educação Básica.

Para Morais et al (2018), essa reestruturação das políticas educacionais proposta pelo Banco Mundial, traz consigo o discurso de uma melhora na aprendizagem. Essa questão se orienta pela ideia de que não precisa que haja uma reestruturação do Ensino Médio, pois problemas como a evasão escolar não são frutos de um sistema desestruturado e inconsistente, mas do caráter acadêmico atribuído a esse período. Assim, a carência de uma identidade própria e sólida para o Ensino Médio passa a ser atribuída a uma estrutura curricular que não faz com que os alunos tenham interesse pelas aulas (MORAIS et al, 2018).

Nesse contexto de reformas curriculares, algumas disciplinas acabam sendo impactadas diretamente, como é o caso da Geografia e das outras disciplinas ligadas a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Filosofia e Sociologia). Há uma preocupação de que a Geografia perca sua autenticidade, e os conteúdos desse componente curricular, que são importantes para a formação humana não sejam mais trabalhados, ocasionado assim, um prejuízo na formação do pensamento geográfico dos estudantes.

Pensando nessas questões é que o presente texto procura trazer alguns elementos que tenho investigado no plano de trabalho “Pesquisa com professores do Ensino Médio em Goiás: as reformas curriculares e sua influência na prática docente na rede estadual de ensino”, do Programa de Iniciação a Pesquisa das Licenciaturas (PROLICEN-UFG), vinculado ao projeto de pesquisa coletivo "Percepções dos professores de Geografia do Ensino Médio em Goiás: as reformas curriculares e suas influências na prática docente" do Núcleo de Pesquisa em Ensino de Cidade (NUPEC).

## **Metodologia**

Nesse trabalho aborda-se a percepção do professor de Geografia do Ensino Médio em Goiás sobre as mudanças nas políticas públicas curriculares e as influências na prática docente. Para o desenvolvimento dessa investigação destaca-se como procedimentos o levantamento bibliográfico e documental sobre a temática e a realização de entrevistas e observação com professores da rede estadual de Goiás que trabalham com a disciplina de Geografia no Ensino Médio.

Durante a observação e entrevista buscou-se elementos que envolvem a leitura dos aspectos materiais, físicos e socioeconômicos da escola. Analisou-se também como os espaços da escola são organizados, estruturados e em que medida isso traduz valores ou condições específicas de trabalho, tendo como principais elementos:

- a) a percepção da relação dos professores com os estudantes;
- b) o conhecimento da forma como os professores tecem seus planos de aula, considerando ou não as reformas curriculares;
- c) quais as expectativas dos professores em relação à escola e em que medida vinculam a rotina de trabalho a suas experiências pessoais;
- d) o conhecimento das formas de gestão de ações e a organização do projeto político pedagógico da escola, do funcionamento, dos papéis estabelecidos e das normas instituídas e partilhadas pela comunidade escolar.

Nesse sentido, buscou-se realizar uma análise, por meio da percepção de professores, de como as reformas curriculares do Ensino Médio vão gerar consequências às aulas de Geografia. Pois, na medida em que a Geografia, uma ciência que possui um saber e uma

característica essencial para a formação dos indivíduos, bem como o despertar do senso crítico e reflexivo, perde a sua identidade individual, preocupa-nos sobre quais serão os impactos disso para o ensino e para a formação cidadã dos estudantes.

A defesa da Geografia se dá pela reflexão que essa disciplina constrói nos jovens estudantes, bem como a sua relevância em relação às análises socioespaciais que são empreendidas, sendo assim, uma ciência essencial para a compreensão dos sujeitos.

## **Resultados e discussão**

### **O Ensino Médio e a Geografia no contexto das reformas curriculares**

Analisar, pensar e refletir sobre o sistema educacional brasileiro, trata-se de algo complexo e que demanda, impreterivelmente, de bases investigativas que possibilitem chegar a uma possível compreensão a despeito. Essa dificuldade se dá especialmente em função de transformações que a educação vem passando nas últimas décadas no Brasil, sobretudo a educação básica (Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio). Com relação ao Ensino Médio, “[...] é consensual a percepção de que o ensino médio é o nível de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas do acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou, ainda, pela discussão sobre a sua identidade” (KRAWCZYK, 2011, p. 754). Cabe ressaltar que tal instabilidade ao tratar sobre o Ensino Médio, também é fruto de um descaso do poder público, ou mesmo da forma como essa etapa da formação é tecnicamente vista pela sociedade, isto é, a concepção de que essa é meramente a porta de entrada ou trampolim para o Ensino Superior.

O Ensino Médio passa a ser um universo de construções e desconstruções, onde não há bases coerentes que possam dar sustentabilidade, há uma ausência de coesão nessa fase de formação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em seu artigo 35 aponta algumas finalidades a serem cumpridas na fase do Ensino Médio, essas são:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, s./p.).

Contudo, uma vez que se realiza uma comparação entre as metas a serem cumpridas pela LDB, e a realidade percebida no cotidiano escolar, nota-se que existem distanciamentos entre a teoria e a prática. A começar pelo aprofundamento daqueles conteúdos que são trabalhados no Ensino Fundamental e que devem ser revistos no Ensino Médio, entretanto, quando isso ocorre é de maneira rápida, sem um aprofundamento necessário, principalmente pela série de cobranças que são realizadas, sobretudo em relação a notas que alavancam ou não os índices da educação. Logo, em virtude dessa agilidade contínua do modo de se trabalhar no e com o Ensino Médio, isso faz com que as outras expectativas sejam praticamente anuladas. O conteúdo para ser apreendido perpassa a lógica do estudo, diálogo, compreensão e prática, ou seja, requer um tempo razoável para que o aprendizado ocorra.

Na lei nº 13.415, a qual realiza alterações da lei nº 9.394 (LDB), fica previsto em seu art. 36 que o currículo base/referência para o Ensino Médio passará a ser “[...] composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino [...]” (BRASIL, 2017)<sup>1</sup>. Desse modo, apresenta-se como mais uma mudança drástica e que acaba enfraquecendo as bases, ainda inconsistentes, do Ensino Médio. Uma mudança que até pouco tempo encontrava-se em processo de implementação, agora vem tornando-se realidade, se trata de algo que requer atenção, em especial por parte daqueles que serão afetados diretamente, professores e alunos.

No que diz respeito à Geografia, mediante o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta-se que ela, assim como as outras ciências humanas (História, Filosofia e Sociologia) serão condensadas e agrupadas em um itinerário formativo denominado de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (BRASIL, 2017a). Portanto, a Geografia, não diferente das outras áreas, acaba perdendo muito em relação a sua amplitude de conhecimento e possibilidades de se estudar em sala de aula, visto que nessa nova ótica a ideia é de uma disciplina interdisciplinar, que foque em assuntos gerais do campo das Ciências Humanas, e

---

<sup>1</sup> Nesse contexto, conforme Morais et al (2018), o Ensino Médio passa a ser configurado a partir de quatro áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Nessa nova perspectiva, indica-se a necessidade em se estabelecer uma interdisciplinaridade, meios que articulem diferentes campos do saber. É preciso “[...] garantir a educação tecnológica básica; o conhecimento do processo histórico de transformação social e cultural; a língua portuguesa como instrumento de comunicação e acesso ao conhecimento e exercício de cidadania; as metodologias diferenciadas; o domínio de princípios científicos e tecnológicos e as formas contemporâneas de linguagem” (MORAIS et al, 2018, p. 525).

não nos aspectos específicos. Diante dessa flexibilização, evidencia-se uma afirmação de Cavalcanti (2013) que, embora suscitada em outro contexto, insere-se de forma alusiva ao atual estágio de enfrentamento da Geografia para se manter viva no ambiente escolar. Para a autora:

[...] se a Geografia permanece na escola como parte de projetos de formação geral deve ser porque os conteúdos que ela veicula tem significado nessa formação; deve ser porque seus conteúdos ajudam a compreender o mundo e sua dinâmica social; deve ser porque, com eles, é possível agir nesse mundo com mais consciência, com mais criticidade, com maior compromisso social.

Estará assim a Geografia a serviço da superação dos problemas do mundo contemporâneo e de seus paradoxos [...] (CAVALCANTI, 2013, p. 46).

A partir do que fora descrito, vislumbra-se os desafios que serão enfrentados pelos professores de Geografia. Desse modo, reitera-se a discussão da afirmação em que Libâneo e Pimenta (1999, p. 258) afirmam que “a atividade docente vem se modificando em decorrência de transformações nas concepções de escola e nas formas de construção do saber, resultando na necessidade de se repensar a intervenção pedagógico-didática na prática escolar”. Ou seja, caberá ao docente ter de se adequar, reinventar a sua prática no ambiente escolar. Logo, Krawczyk (2011, p. 765) contribui ao afirmar que “um dos grandes paradoxos presentes nas escolas é a necessidade de professores cada vez bem mais formados, motivados e atualizados, que convivem com um processo de deterioração do trabalho docente e políticas de formação que não condizem com os desafios contemporâneos”. Ou seja, professores que estejam aptos a lidar com as adversidades do processo educacional, buscando reaver, ou mesmo construir uma relevância da Geografia para os alunos do Ensino Médio, o que, de acordo com Callai (1999), por vezes isso não se dá, os discentes não veem sentido em se estudar a referida disciplina.

### **Um olhar acerca da concepção do professor de Geografia sobre as reformas curriculares em Goiás**

Em busca de uma análise e compreensão do posicionamento dos professores em relação ao modo como eles veem as reformas curriculares em Goiás, foi estabelecido um questionário com oito perguntas, as quais foram respondidas após um período de observação nas escolas-campo da pesquisa. O foco desse questionário foi a percepção do professor de

Geografia sobre as possíveis mudanças em sua prática a partir das discussões de uma mudança curricular.

Nesse contexto, vale ressaltar, que a pesquisa está em desenvolvimento e os dados aqui trabalhados refletem o período de observação do ano letivo de 2019. A seguir, destaca-se algumas questões que foram foco de análise no período e as respectivas percepções dos professores que estão sendo acompanhados:

A primeira questão envolve o entendimento dos professores sobre o que já foi implementado da reforma do Ensino Médio em Goiás. Nesse aspecto ressalta-se que em Goiás, assim como em outros estados da federação, a reforma vem sendo implantada paulatinamente, visto que os estados, como um todo, vêm buscando adequarem-se à nova formulação de ensino aos poucos.

Esse contexto se dá pelo fato de também estarem adequando seus documentos (currículo referência estadual) ainda em consonância com as alterações estabelecidas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e as retificações da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Assim, a conjuntura de Novo Ensino Médio (NEM – como vem sendo conhecido) vem se impondo, até então, no ensino noturno, o qual já passa por alterações ao longo dos anos, inicialmente com o EJA (Ensino de Jovens e Adultos) e depois, mais recentemente, com o PROFEN (Programa de Fortalecimento do Ensino Médio Noturno).

Atualmente esse “NEM” é configurado na divisão do Ensino Médio (EM) em um regime semestral, visto que cada dois semestres correspondem a uma série do que antes era o EM, ou seja, o ensino regular. Cada um desses semestres é subdividido em dois bimestres, o que acarreta mudanças circunstanciais, que serão descritas posteriormente.

Outro ponto considera o entendimento dos os professores sobre a reforma do Ensino Médio, destacando-se o que da reforma afeta a disciplina de Geografia. Nesse sentido, percebe-se por meio das observações e entrevistas que os docentes ficam receosos em relação às mudanças que a reforma implica, sobretudo em detrimento das chamadas áreas do conhecimento, tal como a divisão do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Afinal, essa divisão em áreas gera uma diminuição, a certo modo, ao menos em primeiro instante, do número de professores da rede estadual, visto que não será mais ministrada aquela série de disciplinas que são conhecidas tipicamente no EM.

No que tange a Geografia, percebe-se uma preocupação a respeito da permanência dessa disciplina no Ensino Médio, principalmente pela compactação das disciplinas de Ciências Humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia) em uma única, que vem a ser a área das Ciências Humanas e Sociais aplicadas.

Tal medida que visualiza a divisão por áreas ignora o potencial formativo das disciplinas, fazendo com que os professores tenham um número exacerbado de conteúdos para ministrarem, além de promover a extinção de uma das principais premissas das disciplinas da área de Ciências Humanas, que é de despertar e desenvolver o olhar e o pensamento crítico dos jovens.

Na pesquisa também se tem investigado sobre possíveis mudanças na escola a partir da perspectiva do professor. Nesse quesito, os professores relatam uma preocupação com os encaminhamentos pedagógicos que vem ocorrendo na escola. Preocupa-os o fato de terem que ensinar um significativo número de conteúdos em um curto espaço de tempo, não que isso já não fosse uma realidade, no entanto, intensificou-se.

Na questão da carga horária, pode-se dizer que ainda não houve mudanças, já documentos como o PPP (Projeto Político Pedagógico), vêm sendo atualizados para a nova configuração de ensino, o que acarreta buscar opiniões por parte dos professores em reuniões e momentos de atualizá-los em relação a como o documento será formulado.

Outra questão investigada refere-se à atuação do professor diante das reformas. Nos relatos dos professores nota-se preocupações pelo fato de o estado promover um ideal de medo para a classe docente. A insegurança sobre sua carga horária, transferências e até mesmo demissões (visto que essa última já vem sendo uma realidade anunciada, uma vez que o projeto para 2020 em muitas escolas é de não ter mais professores que sejam contratados), essas questões tem gerado um temor nos professores. Logo, boa parte dos professores criticam e manifestam-se em relação a essas reformas em núcleos individuais, que não os prejudiquem, até pelo fato de que muitos estão com mais tempo de carreira (concursados) e outros temem demissões (contratados).

Sobre os mecanismos de implementação da reforma nas escolas campo da pesquisa, os professores apontam que a implementação vem ocorrendo gradativamente e sempre acompanhados por orientações aos docentes. Contudo, é inegável o receio que os professores possuem em função dessa reforma, afinal, são muitas mudanças e que por mais anunciadas



que sejam, quando implantadas definitivamente, podem gerar impactos em sua ação e atuação profissional.

### **Considerações finais**

O panorama da atual situação dos professores de Geografia que atuam no ensino de Geografia na rede estadual em Goiás revelam importantes questões para pensar a formação inicial e continuada dos professores. Os dados até o momento levantados têm subsidiado as pesquisas dos integrantes do Nupec e servido de base para o desenvolvimento dos estudos, leituras e aprofundamento das temáticas do grupo.

Dois pontos tem sido imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa: a cumplicidade entre os professores pesquisadores e os professores observados/entrevistados. Considera-se que a pesquisa tem proporcionado aos membros do NUPEC, quanto aos professores de Geografia da rede pública de ensino uma discussão mais aprofundada sobre aspectos que direta e indiretamente afetam o ensino e a aprendizagem nas escolas goianas, e que precisam de ampla discussão crítica e consciente, pois entendemos que o professor orienta suas atividades por convicções e opções pedagógico-didáticas resultantes de sua formação inicial e continuada, e de sua prática, fundamentadas em concepções teórico-metodológicas e no papel que a Geografia escolar exerce na formação de alunos que participem ativamente no projeto social que defende.

Neste sentido, o entendimento sobre como o professor que atua com a disciplina de Geografia na rede pública de Goiás e o conhecimento sobre as políticas públicas e sua influência na prática docente tem contribuído com a valorização das Licenciaturas e a interação da Universidade com a rede pública de ensino.

Por fim, cabe ressaltar que a ampliação dos conhecimentos sobre políticas educacionais, sobre o Ensino Médio e uma compreensão da percepção do professor e suas relações têm apontado que as mudanças curriculares a incidência da internacionalização das políticas educacionais sobre o trabalho docente modifica estruturalmente o ensino escolar, excluindo determinadas formas de ensino e inserindo outras, padronizadas e mecanizadas, fazendo que o professor perca de vista cada vez mais seu objeto de trabalho – o conhecimento – e as formas conscientes de compreendê-lo, planejar e realizar seu ensino.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da república – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília: **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Presidência da república – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília: **Diário Oficial da União**, 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 20 jan. 2020.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Brasília: MEC; CONSED, UNDIME, 2017a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category\\_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85121-bncc-ensino-medio&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 jan. 2020.
- CALLAI, Helena Copetti. A Geografia no Ensino Médio. **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 14, p. 60-99, jan./dez., 1999. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/375>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia escolar e a busca de abordagens teórico/práticas para realizar sua relevância social. *In*: SILVA, Eunice Isaías da; PIRES, Lucineide Mendes (orgs.). **Desafios da didática de Geografia**. Goiânia: PUC-Goiás, 2013, p. 45-68.
- KRAWCZYK, Nora. Reflexões sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-769, set./dez., 2011. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/70/86>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação e Sociedade**, Campinas, nº 68, p. 239-277, jan./jun., 1999. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Libaneo\\_Jose\\_Carlos/publication/262554988\\_Educational\\_professional\\_upbringings\\_critical\\_view\\_and\\_changing\\_perspectives/links/55d73fe608aeb38e8a85a348.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Libaneo_Jose_Carlos/publication/262554988_Educational_professional_upbringings_critical_view_and_changing_perspectives/links/55d73fe608aeb38e8a85a348.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.
- MORAIS, Eliana Marta Barbosa de; SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos; OLIVEIRA, Karla Annyelly Teixeira de; MORAES, Loçandra Borges de. Os documentos curriculares nacionais: a reforma do ensino médio e a disciplina Geografia. *In*: IX FORÚM NACIONAL NEPEG, 9, 2018, Caldas Novas. **Anais [...]**. Caldas Novas, p. 520-529, 2018. Disponível em: [http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/GT4\\_04\\_Os-documentos-curriculares-nacionais\\_-a-reforma-do-ensino-m%C3%A9dio-e-a-disciplina-Geografia.pdf](http://nepeg.com/newnepeg/wp-content/uploads/2017/02/GT4_04_Os-documentos-curriculares-nacionais_-a-reforma-do-ensino-m%C3%A9dio-e-a-disciplina-Geografia.pdf). Acesso em: 20 jan. 2020.